
OS DIREITOS DA INFÂNCIA: UM DEBATE PERMANENTE

UMA ENTREVISTA COM MARIA FERNANDA REZENDE NUNES

*Rita Marisa Ribes Pereira**

Lutar com palavras / é a luta mais vã.
Entanto lutamos / mal rompe a manhã.
São muitas, eu pouco. (...)
(Carlos Drummond de Andrade)

A palavra é INFÂNCIA. Polissêmica por natureza. Uma arena de contradições. Abarca simultaneamente o imaginário da felicidade e a inenarrável experiência da exclusão. Narrar a história da humanidade a partir da perspectiva da infância, por isso mesmo, é falar de uma história de lutas, feitas de palavras – para que a INFÂNCIA seja vista em sua pluralidade – e também de inúmeras ações. Esta entrevista apresenta um fragmento da história dessas lutas e fala de uma grande conquista: a da construção de um movimento organizado da sociedade civil dedicado a lutar pelo direito das crianças à uma educação infantil de qualidade. Essa história será aqui apresentada por Maria Fernanda Rezende Nunes, que muito contribuiu para a criação do FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e até hoje acompanha seu desenvolvimento. Maria Fernanda é graduada em Psicologia pela PUC-Rio e Doutora em Educação UFRJ. É professora do Departamento de Educação da PUC-Rio e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIRIO.

O que é o Fórum Permanente de Educação Infantil?

O Fórum Permanente de Educação Infantil é produto de uma articulação informal de educadores e entidades públicas e não-governamentais interessados em discutir, fortalecer e propor caminhos para a educação infantil no Estado do Rio de Janeiro. O fato de ser aberto a todos – professores, supervisores, secretários de educação, pesquisadores, universitários... enfim, profissionais diversos com naturezas de trabalhos distintas – tem contribuído para a interlocução, a socialização de informações e atuação voltada para uma educação comprometida com os direitos das crianças de 0 a 6 anos.

Basicamente o Fórum se estrutura em reuniões mensais, realizadas, via de regra, na primeira terça-feira de cada mês, em diferentes espaços físicos. A diversidade das instituições que sediam essas reuniões colabora para que uma gama de temas ligados à infância possam ser discutidos – questões pedagógicas do cotidiano de trabalho com crianças pequenas, desafios da formação de educadores, análise de documentos oficiais do campo da educação infantil, políticas públicas voltadas ao direito da criança à educação etc.

Como surgiu e como vem atuando esse Fórum?

No rastro de uma intensa mobilização da sociedade civil, durante os anos 1990, com vistas à regulamentação e à legitimação do direito constitucional da criança, foi criado o Fórum. Nesse processo, um dos marcos mais importantes é o Estatuto da Criança e do Adolescente, propulsor da

**Licenciada em Filosofia pela UFPel. Doutora em Educação pela PUC-RJ. Professora da Faculdade de Educação da UERJ.*

mudança de concepção das políticas públicas voltadas às crianças – agora concebidas como cidadãos, independentemente de sua condição social, segundo uma visão diferente da vigente até então, voltada para o atendimento à infância pobre. No campo educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96 consolida formalmente a obrigatoriedade de oferta de atendimento à criança de 0 a 6 anos de idade como “primeira etapa da Educação Básica”. A atuação do Fórum se volta, no cotidiano, para a vigilância ao cumprimento dos preceitos legais, de modo a evitar que se tornem “letra morta”, e para a renovação do olhar e da forma de fazer política no campo da infância.

Em 1998, com participação ativa do Fórum Permanente de Educação Infantil do Estado do Rio de Janeiro foi criado o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil – MIEIB, que, atualmente, reúne 23 Fóruns estaduais e realiza ações para a discussão e o claro entendimento de que a inclusão da Educação infantil como primeira etapa da educação básica implica em tomada de decisões que levem a sua plena integração aos sistemas municipais de educação, a criação de estruturas físicas adequadas às crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, a ampliação e democratização dos recursos destinados à educação básica.

Desde seu início, o Fórum conta com uma secretaria, fixada em uma instituição, com o objetivo de servir como um local de referência e também com vistas a suprir minimamente a demanda operacional para a sua concretização. Inicialmente a Secretaria do Fórum ficou sob a responsabilidade da DEMEC do Estado do Rio de Janeiro, que gerenciou a construção de uma significativa mala direta com vistas a divulgar os encontros regulares do Fórum. Hoje, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO é responsável pela secretaria do Fórum, junto com demais universidades públicas e privadas no Estado do Rio de Janeiro, com diferentes entidades e representantes de secretarias municipais de educação. Uma década passada do seu surgimento, seus participantes são hoje os maiores divulgadores das reuniões do Fórum, compartilhando os trabalhos de secretaria.

Quais são os princípios em torno dos quais se agrupam os participantes do Fórum Permanente de Educação Infantil?

Os princípios que orientam o Fórum têm caráter filosófico e político e são fruto de conquistas de debates e de lutas da sociedade civil em torno dos direitos das crianças. Dentre esses princípios é possível destacar a garantia às crianças de 0 a 6 anos de acesso a vagas nos sistemas públicos de educação; o reconhecimento do direito constitucional das crianças de 0 a 6 anos (independentemente de raça, idade, gênero, etnia, credo, origem sócio-econômica-cultural, etc.) ao atendimento em instituições públicas, gratuitas e de qualidade; a destinação de recursos públicos, específicos e adequados, indispensáveis para o bom funcionamento dos sistemas de Educação Infantil; a indissociabilidade cuidar/educar, visando o bem estar, o crescimento e o pleno desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos; a implementação de políticas públicas que objetivassem a expansão e a melhoria da qualidade do atendimento educacional, abrangendo toda a faixa etária 0 a 6 anos; a identificação da Educação Infantil, enquanto campo intersetorial, interdisciplinar, multidimensional e em permanente evolução.

Que metas ou ações têm ajudado a dar sustentação ao trabalho permanente do Fórum?

Consolidar e respeitar as conquistas legais advindas, desde 1988, com o reconhecimento da criança como sujeito de direitos, tem sido uma das grandes metas do Fórum. Nossas ações se referem à abertura dos serviços à efetiva participação das famílias; ampliação e a flexibilização dos

serviços, no que diz respeito ao atendimento em período parcial ou integral, aos horários de funcionamento, às rotinas, ao calendário letivo, às normas de acesso; implementação de propostas pedagógicas elaboradas pelo coletivo das instituições, de forma democrática e participativa, baseadas em conhecimentos que considerem a criança de 0 a 6 anos como sujeito ativo e interativo, parte integrante do contexto sócio-cultural; pluralidade de propostas pedagógicas; a efetivação de projetos pedagógicos que promovam a autonomia e a multiplicidade de experiências para as crianças de 0 a 6 anos; a implementação de projetos de formação inicial e continuada dos profissionais de educação infantil, visando sua qualificação específica e ampla, contemplando-se temas de formação com abrangência compatível com a complexidade do campo; a constituição, delimitação e regulamentação do campo de atuação e de formação dos profissionais de educação infantil; a inclusão, na política nacional de formação de professores, da especificidade dessa formação para atuação com as crianças de 0 a 6 anos.

É o enfrentamento desses desafios que vem mobilizando participantes de diferentes estados brasileiros, com vistas a unir forças em torno do fortalecimento da educação da criança de 0 a 6 anos.